

# PANORAMA ECONÔMICO



MÍRIAM LEITÃO

## Batalha dos estados

• O Governo federal já venceu a batalha com os governadores: não haverá negociação em bloco e sim caso a caso. “Já contornamos o cabo da Boa Esperança”, comemorou o ministro Antônio Kandir. O secretário executivo Pedro Parente conta que até agora já foram fechados ou estão sendo fechados acordos com 13 governadores. Mesmo assim, é cedo para dizer que se chegou a algum porto seguro na crise financeira dos estados.

Se a negociação fosse em bloco, os governadores ficariam mais fortes, mas eles mesmos admitem que existem pelo menos quatro grupos de estados: os que não têm problemas, como Ceará e Bahia; os que tinham e já negociaram, como Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Minas, entre outros; os que querem negociar; e os que não querem negociar porque não aceitam as condições impostas, seja de corte de pessoal, seja de privatização. No caso dos que não querem fazer ajustes estão Piauí e Santa Catarina.

O governador do Espírito Santo estava ontem envolvido em outra batalha: manter em funcionamento os serviços de pronto socorro. Os médicos e os profissionais de saúde em greve decidiram fechar até as emergências dos hospitais. Apesar de estar com os salários atrasados em dois meses — eram três folhas em atraso, mas uma foi paga com o dinheiro da compensação pela isenção do ICMS — o Espírito Santo é considerado um estado com poucos problemas. Por aí se vê como é complicada esta questão. A forma de medir o nível do desajuste de uma economia estadual é comparar o endividamento com a receita anual. Quando a dívida é igual a um ano de arrecadação, o estado está na situação ideal. A relação entre dívida e arrecadação no Espírito Santo era de 1,7 e caiu para 1,3. É considerado um estado quase ajustado. Mesmo assim, vive aflições diárias. O problema central é o da folha salarial e

suas injustiças. Um exemplo: o Governo gasta R\$ 16 milhões para pagar os salários de 30 mil funcionários do setor de educação e R\$ 7,5 milhões para pagar os 1.227 fiscais de renda que têm salário médio de R\$ 6.040.

Outra é a situação da Paraíba. Depois de um admirável esforço de ajuste, o estado reduziu a menos de 50% da arrecadação os gastos com a folha. Compromete 11% da arrecadação com as dívidas. Só que com as dívidas da administração indireta gasta outros 15%. De cada R\$ 4 reais arrecadado, R\$ 1 vai para pagar dívidas.

Os juros dos empréstimos concedidos aos estados pela Caixa estão em 3% ao mês. Os juros das operações de antecipação de receita, as AROs, feitas com os bancos privados chegam a 8% ao mês.

Os governadores têm razão em dizer que têm dívidas impagáveis no seu passivo e têm velhos problemas que não serão resolvidos mesmo seguindo-se a receita prescrita pelo Ministério da Fazenda. E o Governo federal tem razão em desfazer a formação de um cartel de devedores, porque a crise é igual, mas os casos são bem diferentes.

Mas há outro detalhe complicado desta crise. Algumas das dívidas dos estados, ao serem negociadas, passam a ser registradas na conta oficial do déficit. Eram dívidas, mas não eram reconhecidas na estatística. Negociadas, passarão a ser. Na prática a situação estará sendo resolvida. Na estatística, o déficit pode aumentar.